



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Relatório e Contas 2022

Em cumprimento das políticas internas de boa governação, o CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA (CIP) apresenta o Relatório e Contas referentes ao ano 2022, acompanhado pelos Pareceres do Conselho Fiscal e do Auditor Independente, bem como um breve resumo das principais realizações levadas a cabo pela organização no referido ano, de acordo com o Plano Anual, cujo referente é o Plano Estratégico (2019-2024).

Missão

Promover a integridade na esfera pública em Moçambique, através da denúncia da corrupção e de irregularidades, em geral, e da advocacia da consciencialização pública e a favor das boas práticas na gestão do bem comum.

Visão

Um país onde os agentes públicos e privados agem com integridade e probidade na esfera pública, contribuindo para uma gestão pública democrática, transparente e em conformidade com a lei.

Princípios Fundamentais Orientadores

As acções do CIP são orientadas pela integridade, a transparência, a prevenção da corrupção e a boa governação.

Relatório Programático

O presente relatório tem por objectivo apresentar os principais resultados dos trabalhos realizados pelo CIP durante o ano de 2022. Centra-se nos resultados alcançados pelos seus quatro pilares e espelha a execução

programática e financeira em 2022.

O ano foi marcado por vários acontecimentos que implicaram a replanificação para o ajuste as dinâmicas do contexto. Destaca-se o conflito entre a Rússia e Ucrânia, o conflito armado em Cabo Delgado e o aumento do preço dos combustíveis.

Como se pode observar, a actuação do CIP como “watchdog”, por vezes, obriga a que se desvie das suas actividades programadas para se concentrar no debate público sem descuidar, obviamente, os seus compromissos programáticos.

Contudo, foram alcançados resultados significativos do trabalho realizado em todas as suas vertentes.

O relatório é subdividido em duas áreas, sendo a primeira a programática e a segunda a área financeira.

1. Indústria Extractiva

Nesta área temática, o CIP procura promover a boa governação através do sector extractivo com base na promoção da transparência, responsabilização e prestação de contas. No período em alusão, o CIP fez análises sobre as transferências às comunidades que hospedam projectos extractivos, expondo que o Governo, concretamente o Ministério de Economia e Finanças (MEF), não tem critérios objectivos na selecção das comunidades a abranger e na fixação da taxa, como também sobre a base de incidência do imposto de produção (espécie e monetário) onde se expôs que, apesar das leis de Minas e de Petróleo preverem que 2,75% do valor dos impostos sobre a produção sejam transferidas às comunidades hospedeiras

dos empreendimentos extractivos, a arbitrariedade no processo de determinação desse valor custou cerca de 53 milhões de MT às comunidades de Inhassoro e Govuro. Em resposta, o Governo, através do Plano de Aceleração Económica (PAE) e já reflectido no Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) para 2023, alterou a taxa para 10% e aumentou a sua abrangência territorial para a província. No entanto, ainda falta a revisão da circular que define os critérios de gestão, que ainda está em curso com previsão de conclusão em 2023.

2. Procurement Público e Parcerias Público Privadas

Nesta área temática, o CIP monitora e expõe injustiças nos processos de procurement público e parcerias público privadas e na alocação e implementação de contratos, com ênfase particular nos conflitos de interesse de funcionários públicos, no tráfico de influências e nos abusos, relativamente ao preço e à qualidade dos produtos e serviços.

No ano de 2020, o CIP analisou as irregularidades no procurement da empresa pública Regadio do Baixo Limpopo e as suas implicações na realização do mandato da empresa que é essencialmente a produção de alimentos e assistência a produtores locais ao longo do perímetro irrigado do Baixo Limpopo. A pesquisa mostra uma série de contratos adjudicados pela empresa sem que fossem observadas as regras básicas de contratação pública. Em reacção, o Gabinete Provincial de Combate à Corrupção, em Gaza, iniciou um processo de investigação com vista a responsabilização dos infractores. Num outro

desenvolvimento, o Conselho de Ministros aprovou, neste ano, a reestruturação por fusão das empresas públicas Regadio do Baixo Limpopo e Hidroelétrica de Chókwè.

3. Finanças Públicas

Nesta área, o CIP pretende que a monitoria vigilante dos recursos públicos sirva como um instrumento para assegurar que os funcionários de instituições públicas, dentre outras, se sintam comprometidos a garantir que haja transparência e prestação de contas na gestão da coisa pública. Esta monitoria também deverá assegurar uma maior possibilidade das instituições e dos seus oficiais facilitarem a participação pública nos processos orçamentais, bem como publicarem dados correctos, abrangentes e escrutináveis e a tempo oportuno.

No período em análise, o CIP Expôs ainda a situação da crise financeira na empresa Moçambique Telecom, SA (Tmcel), que aparece após três anos de fusão entre as empresas Telecomunicações de Moçambique (TDM) e Moçambique Celular, SA (Mcel), embora a mesma tenha sido feita para corrigir a situação de insustentabilidade da empresa e para melhorar o desempenho operacional e financeiro.

A exposição do CIP levantou vários debates sobre a situação financeira do sector empresarial do Estado, principalmente na componente das dívidas contraídas por estas empresas, o que levou o Governo a incluir na sua estratégia de dívida 2022 a 2025 a redução de dívidas do SEE e um maior controlo das dívidas do Estado repassadas às empresas públicas.

A exposição da situação financeira da empresa Tmcel fez com que o Governo, por via do IGEPE, enviasse esforços para o pagamento de três meses dos salários dos mais de dois mil trabalhadores desta empresa que estavam atrasados desde Dezembro de 2021.

4. Anticorrupção

Em relação à área de anticorrupção, o CIP exerce actividades de monitoria da actuação dos órgãos de administração da Justiça com vista a propor a introdução

de melhorias/reformas no quadro legal e institucional e na sua forma de actuação visando combater a corrupção e infracções conexas, que já foram identificadas como causas do subdesenvolvimento do país, tanto pelo poder político, como pela sociedade.

O CIP fez uma análise profunda onde mostrou a tendência crescente dos casos de corrupção durante o mandato em curso do actual Presidente da República, Filipe Nyusi. Desta forma mostrámos que embora o discurso político de combate à corrupção se mostrasse acutilante, num outro prisma os números de processos de corrupção mostravam uma tendência crescente, embora, segundo o Presidente da República, este facto demonstre que há uma maior acção das instituições de combate à corrupção na detecção de casos.

No ano de 2022, foram levadas a cabo acções de consciencialização na área de prevenção e combate à corrupção em algumas províncias do país, através da realização de seminários tendo como oradores um pesquisador do CIP e magistrados dos gabinetes provinciais de combate à corrupção. As referidas acções de consciencialização foram dirigidas às organizações da sociedade civil e a comunidades locais, para além de autoridades tradicionais.

5. Áreas Transversais

5.1 Jornalismo Investigativo

No jornalismo investigativo, o CIP investiga assuntos de relevância nacional. No período em apreço, o CIP investigou e expôs o a casa de câmbios envolvida no escândalo das dívidas ocultas, esta que está em dissolução e os seus donos em parte incerta. Esta investigação foi feita no âmbito das revelações feitas no Julgamento do caso das “dívidas ocultas” e tinha como objectivo apurar como é possível o Estado não conseguir identificar e localizar os proprietários de uma famosa casa de câmbios, legalmente licenciada para exercer as actividades no país. As investigações conduziram a [resultados](https://www.cipmoz.org/pt/2022/11/14/casa-de-cambios-envolvida-no-escandalo-das-dividas-ocultas-esta-em-dissolucao-e-os-seus-donos-em-parte-incerta/)¹ surpreendentes, como por exemplo, que Hafiz Taqir Wahaj, que estava a ser procurado pelo Tribunal, afinal não é o proprietário da Africâmbios, como se alegou no julgamento das D.O.

5.2 Sensibilidade do Género

O CIP destaca nos seus estudos a abordagem das desigualdades de género (e outras construídas socialmente), em particular no concerner, tanto aos impactos diferenciados da indústria extractiva, finanças públicas e procurement, quanto à inclusão das mulheres e dos grupos mais vulneráveis nos esforços de responsabilização das autoridades públicas e dos interesses privados perante os cidadãos.

No período em reporte, foram integradas normas e valores sobre o género em todas as acções do CIP, tendo adoptado o plano de acção do género nos regulamentos internos, de forma a permitir uma maior participação social, económica, política e cultural da mulher em Moçambique. Da mesma forma, foram realizadas acções de cooperação e coordenação técnica entre os vários mecanismos para a igualdade e equidade de género.

5.3 Estratégias de Comunicação

Nesta área, são capitalizadas estratégias claras e consistentes de comunicação, através das quais circula a calendarização e visibilidade dos produtos do CIP.

No período em referência, como estratégia, incrementou-se o número de redes sociais usadas. Agora o CIP usa 6 plataformas digitais, nomeadamente: Twitter, Facebook, Youtube, WhatsApp, Instagram e LinkedIn. Também se intensificou/massificou o número de publicações nas redes sociais para promover debate público, resultando em mudanças e oportunidade para dar a conhecer o trabalho do CIP aos novos usuários.

5.4 Monitoria, Avaliação, Aprendizagem, Prestação de Contas e Angariação de Fundos

No seu trabalho o CIP procura impacto nas actividades de advocacia para que influenciem a aprovação e/ou actualização de leis e políticas, bem como para influenciar os decisores nos diferentes sectores do Estado. Sistemas efectivos de monitoria e avaliação estão constantemente a ser desenvolvidos e aperfeiçoados para medir as mudanças resultantes do trabalho de advocacia do CIP. A implementação da monitoria, avaliação, aprendizagem

¹ <https://www.cipmoz.org/pt/2022/11/14/casa-de-cambios-envolvida-no-escandalo-das-dividas-ocultas-esta-em-dissolucao-e-os-seus-donos-em-parte-incerta/>

e angariação de fundos, no CIP, é com base numa abordagem sistémica baseada em parcerias. As actividades são monitoradas e os resultados são regularmente medidos e comparados com as metas originais.

5.5 Descentralização

Nesta área, o CIP aprofunda e consolida o processo de descentralização administrativa em Moçambique, que implica a criação de entidades descentralizadas de nível provincial, autárquico e distrital, como resultado na revisão pontual da Constituição da República de Moçambique, aprovada pela Lei n.º 1/2018, de 12 de Junho. O CIP analisou a descentralização financeira para órgãos de governação descentralizada provinciais (OGDP) no contexto do “novo paradigma” de descentralização em Moçambique. A análise foi simultânea ao dia da realização do evento sobre a sustentabilidade financeira das entidades descentralizadas, e que foi mesmo publicado a propósito desse evento.

6. Assuntos Transversais

6.1 Dívidas Ilegais ou Ocultas

O CIP continua a acompanhar os processos das dívidas ocultas a correr os seus trâmites nas jurisdições de Moçambique, Reino Unido, EUA e outras, tendo realizado campanhas de advocacia, em Londres, contra o pagamento das dívidas ocultas. Essas campanhas foram baseadas no estudo do CIP e da CMI sobre o custo das dívidas ocultas. Em reacção, o director do CIP e o relatório sobre o custo das dívidas ocultas foram citados na revista The Economist.

6.2 Programa de Eleições

O Boletim Sobre Processo Político em Moçambique 2023/2024 retomou em Setembro de 2022. Entre Setembro e Dezembro foram produzidos e publicados 19 Boletins. O primeiro foi publicado no dia 5 de Setembro e o último no dia 19 de Dezembro². Como resultado, o boletim influenciou sobremaneira a eleição do actual director-geral do STAE, Loló Correia. O Boletim é bastante citado pela

² <https://www.cipeleicoes.org/>

³ <https://www.cipmoz.org/pt/2022/05/16/cabo-delgado-reconstruction-plan-prioritises-districts-under-the-influence-of-the-gas-industry/>

comunicação social nacional e estrangeira, um indicador de que constitui, hoje, a principal fonte de informação eleitoral em Moçambique. Foi o Boletim do CIP o primeiro a anunciar que a CNE iria propor a revisão pontual da lei eleitoral e também o adiamento do recenseamento eleitoral, de 20 de Fevereiro para 20 de Abril do ano em curso.

6.3 Cabo Delgado

No âmbito das acções na província de Cabo Delgado, o CIP fez uma [avaliação](#)³ da implementação do seu plano de reconstrução elaborou uma publicação com uma análise crítica desse plano, tendo constatado que privilegia os distritos sob influência da indústria do gás. O CIP fez uma análise na qual mostra que as novas incursões que assolam o sul da província, e que levaram duas empresas de exploração de grafite no distrito de Ancuabe a paralisar as suas operações, irão afectar negativamente as previsões do crescimento do sector extractivo para 4,1% em 2022 e colocam em risco cerca de 61 projectos que operam na região sul da província.

7. Governação e Gestão do CIP

O CIP implementa uma contínua aposta na constituição de uma equipa experiente, coesa, motivada e orientada para um objectivo comum investindo nas novas gerações de profissionais e promovendo a igualdade de oportunidades. Esta é uma área chave que exige uma contínua melhoria e actualização, através do cumprimento dos procedimentos e acordos, bem como com a melhoria de capacidades individuais. Para avaliar a evolução do desenvolvimento institucional, o CIP tem uma base de indicadores.

7.1 Órgãos Sociais

No período em alusão, realizaram-se dois encontros dos membros da Assembleia Geral. Um para a aprovação do plano anual 2022 e dos relatórios anuais de 2021, relatório narrativo e financeiro e o de auditoria com a respectiva carta de recomendações. O outro encontro foi para a aprovação do plano anual 2023 e do relatório narrativo e financeiro semestral 2022. Para além disso, foram realizadas quatro

visitas do Conselho Fiscal visando analisar o exercício das actividades e os processos internos do CIP. Todos os documentos institucionais supra foram aprovados por unanimidade.

A direcção do CIP aproveita a oportunidade para agradecer aos parceiros pelo apoio prestado ao longo do ano de 2022, pois foi graças a esse apoio que o CIP alcançou os resultados apresentados neste relatório.

O Conselho de Direcção



Edson Cortês

PROJECTO - JOINT ARRANGEMENT

MAPA DE RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em USD - Dólares Americanos)

	Notas	Orçamento 2022	Real 2022	Saldo 2022	Real 2021
RECEITAS					
Saldo Inicial					
Receitas do ano	6	319.436	319.436	-	547.367
Diferenças cambiais favoráveis	7	2.813.351	2.453.458	359.893	1.946.919
TOTAL DE RECEITAS		3.132.787	2.774.076	358.711	2.502.225
PAGAMENTOS					
Recursos naturais e indústria extractiva	8	177.267	177.459	(192)	221.384
Parcerias Públicas - privadas	9	187.402	112.681	74.721	158.393
Finanças Públicas	10	167.220	159.909	7.311	252.620
Anti Corrupção	11	235.076	230.419	4.657	125.445
Áreas Transversais	12	207.806	228.506	(21.000)	215.484
Assuntos Transversais	13	364.934	174.907	190.027	218.503
Revisão Linguística, Traduções, Impressões de Estudos e Pesquisas	14	50.000	53.622	(3.622)	63.764
Viagens Nacionais e Internacionais	15	45.000	38.900	6.040	24.689
Desenvolvimento Institucional	16	62.500	26.913	35.587	23.736
Contratação de Escritório de Advogados e Custas judiciais	17	25.000	-	25.000	-
Programa IGUAL - CESC	18	49.271	38.062	11.209	-
Programa de Eleições - SIDA	19	673.700	49.202	624.598	-
Outras Despesas		887.521	845.522	41.999	888.771
TOTAL DE PAGAMENTOS		3.132.787	2.138.562	994.225	2.182.789
EXCEDENTE DO ANO		-	635.514	(635.514)	319.436



O Conselho de Direcção

Edson Cortés

Edson Cortés

O Contabilista

Lenine Daniel

Lenine Daniel



PROJECTO - JOINT ARRANGEMENT

MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL PARA O ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em USD - Dólares Americanos)

	Orçamento	Recebido	% Exec	V. absoluta	Notas
Recostas					
Fundos Recebidos					
Saldo Inicial					
Embaixada de Noruega	319.436	319.436	100%	0	
Cooperação Suíça	761.075	705.821	93%	55.254	
CESC - Programa IGUAL	800.000	800.000	100%	0	
Devolução de fundos ao CESC	528.215	235.776	45%	292.439	i
SIDA	49.271	49.271	100%	0	ii
Diferenças cambiais favoráveis		(11.209)	0%	11.209	iii
RECEITAS	673.700	673.700	100%	0	
DESPESAS	3.132.786	2.774.076	89%	(1.182)	***
1. Indústria Extractiva	177.267	177.459	100%	(192)	
1.1 Governação do Sector Extractivo	177.267	177.459	100%	(192)	
2. Procurement Público	187.402	112.681	60%	74.721	
2.1 Investigar os grandes contratos públicos e os fornecedores assíduos do Estado no segundo mandato	18.000	4.272	24%	13.728	iv
2.1.1 Realizar um estudo sobre integridade no procurement municipal	10.000	1.457	15%	8.543	v
2.1.2 Investigar sobre os contratos públicos e os fornecedores assíduos do Estado no segundo mandato	10.000	1.457	15%	8.543	vi
2.1.3 Realizar um estudo sobre integridade no procurement municipal	10.000	1.457	15%	8.543	vii
2.1.4 Investigar os contratos do sector extractivo com enfoque para o Contóido Local	10.000	1.457	15%	8.543	viii
2.1.5 Realizar um estudo sobre a eficiência das estradas para o Porto de Beira e Maputo	10.000	1.457	15%	8.543	ix
2.1.6 Realizar um estudo sobre a eficiência das estradas para o Porto de Beira e Maputo	10.000	1.457	15%	8.543	x
2.1.7 Realizar uma conferência nacional sobre procurement público	10.000	1.457	15%	8.543	xi
2.1.8 Honorários de consultoria	15.000	0	0%	15.000	xii
3. Finanças Públicas	98.052	98.033	100%	0	
3.1 Recrutamento de Pessoal	167.220	159.909	96%	7.311	
3.2 Restrição da Despesa Pública	49.271	49.202	98%	69.069	
4. Anti Corrupção	235.076	230.419	98%	4.657	
4.1 Recuperação de Activos	235.076	230.419	98%	4.657	
4.2 Actividades conjuntas com o GCCC	40.000	42.104	105%	(2.104)	
4.3 Promoção de Transparencia	15.000	15.740	105%	(740)	
4.4 Monitoria da Actuação dos engos Reguladores	5.000	4.271	85%	579	
4.5 Honorários de consultoria	80.076	80.805	101%	(729)	
5. Áreas Transversais	207.806	228.906	110%	(21.099)	
5.1 Jornalismo Investigativo	90.714	96.275	106%	(5.561)	
5.2 Estratégias de Comunicação	32.658	29.506	90%	3.152	
5.2.1 Mail List, Factos 2 Facebook e Publicidade em Jornal e Radios comunitarias	10.000	8.696	87%	1.304	xiii
5.2.2 Pagina Web, Manutenção, Segurança, Internet, Compra de fotos e Equipamento fotografico	10.000	8.696	87%	1.304	xiv
5.2.3 Honorários de Pesquisa	10.000	8.696	87%	1.304	xv
5.3 Monitoria, Avaliação e Anulação de Fundos	46.434	85.810	185%	(39.376)	
6. ASSUNTOS TRANSVERSAIS	364.934	174.907	48%	190.027	
6.1 Cidades-Cidades	30.000	25.960	87%	4.040	
6.2 Programa de Eleições	30.000	25.960	87%	4.040	
6.3 Cabo Delgado	62.500	38.900	62%	23.600	
6.4 COVID-19	62.500	38.900	62%	23.600	
6.5 SUBVENÇÕES	67.434	1.430	2%	66.004	
6.5.1 Província de Cabo Delgado	175.000	66.057	38%	108.943	
6.5.2 Província de Niassa	40.000	8.812	22%	31.188	
6.5.3 Província de Nampula	40.000	8.812	22%	31.188	
6.5.4 Província de Zambezia	40.000	8.812	22%	31.188	
7. Revisão Linguística, Traduções & Impressões de Estudos e Pesquisas	45.000	38.900	87%	6.100	
8. Viagens Nacionais & Internacionais	45.000	38.900	87%	6.100	
8.1 Viagens Nacionais	30.000	25.960	87%	4.040	
8.2 Viagens Internacionais	30.000	25.960	87%	4.040	
9. Desenvolvimento Institucional	15.000	6.579	44%	8.421	
9.1 Formação & Desenvolvimento do Pessoal	62.500	28.913	46%	33.587	
9.2 Retiro anual & team building	40.000	14.455	36%	25.545	
10. Contratação de um Escritório de Advogados & Custas Judiciais	22.500	14.455	64%	8.045	
11. Programa IGUAL - CESC	35.000	0	0%	35.000	
12. Programa de Eleições - SIDA	49.271	38.062	77%	11.209	
13. Outras Despesas	673.700	49.202	7%	624.598	
13.1 Material de Escritório e Consumíveis	15.000	825.344	99%	62.176	
13.2 Despesas Bancárias	3.500	2.091	60%	1.409	
13.3 Seguros do Escritório	70.326	66.954	95%	3.372	
13.4 Seguros de Viagens	12.000	7.803	65%	4.197	
13.5 Telefones, Fax e FBM, Internet & Assistência Informática	35.792	7.803	22%	27.989	
13.6 Água e Electricidade	7.000	34.002	49%	3.000	
13.7 Manutenção & Reparação do Escritório	2.500	1.070	43%	1.430	
13.8 Combustíveis, Lubrificantes & Manutenção & Reparação de Viaturas	10.000	5.736	57%	4.264	
13.9 Seguro de Viagens	2.000	518	26%	1.482	
13.10 Auditoria Externa	21.400	24.969	117%	(3.569)	
13.11 Subscrições	3.000	3.223	107%	(223)	
13.12 Serviços Externos	15.000	8.570	57%	6.430	
13.13 Salários & Benefícios	690.500	653.832	95%	36.671	
13.13.1 Salários Encargos	690.500	653.832	95%	36.671	
13.13.2 Assistência Médica & Medicamentosa	27.000	12.284	46%	14.716	
13.13.3 Subsidio de Comunicações	9.231	4.486	49%	4.745	
13.13.4 Subsidio de Combustível	14.769	12.743	86%	2.026	
Diferenças Cambiais Desfavoráveis		20.178			
(A) Fundos prometidos					
(B) Despesas	3.132.786	2.138.561	68%	994.225	
Deficit (A) - (B)		635.514		(635.514)	



1. Introdução

O CIP – Centro de Integridade Pública de Moçambique, é uma pessoa colectiva de direito privado dotada de personalidade jurídica do tipo associação sem fins lucrativos, não partidária, independente com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

A Missão do CIP é de promover a integridade na esfera pública em Moçambique através da denúncia da corrupção e de irregularidades em geral e da advocacia da consciencialização pública e a favor das boas práticas na gestão do bem comum.

Em 23 de Outubro de 2019 foi assinado um Memorando de Entendimento (MoU) entre os Parceiros e o CIP com o objectivo de financiar o Plano Estratégico do CIP no período de cinco anos (2019-2023), através do Projecto – Joint Funding Arrangement.

O projecto – “Joint Funding Arrangement”, financiado conjuntamente por cinco Doadores nomeadamente, Department For International Development (DFID), Swiss Agency for Development and Cooperation (SDC), Embaixada da Noruega, Embaixada da Holanda, tem vindo a ser implementado pelo CIP, uma organização da Sociedade Civil Moçambicana que actua na área da Governação através da pesquisa, advocacia e monitoria. O referido Memorando estabelece regras formais para:

- i. assegurar que existe um mecanismo sustentável do financiamento e comunicação para o apoio efectivo e eficiente da implementação do Programa, incluindo uma indicação compreensiva de todas as fontes de financiamento.
- ii. Harmonizar as regras de parceiros com vista a minimizar os custos das transacções e carga administrativa para CIP e Parceiros.
- iii. Formalizar um sistema único de monitoria, avaliação, revisão e reporting que satisfaz as exigências de todas as partes.
- iv. Estabelecer um Código de Conduta de Parceiros em relação ao CIP.
- v. Estabelecer responsabilidades e obrigações do CIP para os Parceiros.
- vi. Assegurar que cada parte em relação a este Memorando pode cumprir as suas próprias responsabilidades e exigências internas enquanto opera dentro destas regras.

O Plano Estratégico (2019/2023) do CIP tem os seguintes objectivos globais:

- Induzir a boa governação, integridade e transparência nas políticas e práticas públicas, assim como nas empresas mais relevantes.
- Exposição de casos de corrupção e a consciencialização pública.

Para o ano de 2022 o CIP contou com fundos alocados pelos Parceiros/Doadores acima referidos num total de cerca de USD 2.774,045.

Cooperação e Gabinete da Comunidade Estrangeira e Desenvolvimento

O CIP assinou em 13/08/2018 um acordo de financiamento por 5 anos, através do qual o FCDO irá contribuir com um total de 2.500.000 Libras para o fundo comum na implementação do Plano Estratégico do CIP 2019-2024.



Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC)

O CIP assinou em 1/8/2019 um acordo de financiamento por 4 anos, através do qual a SDC irá contribuir com um total de USD 2.800.000 para o fundo comum na implementação do Plano Estratégico do CIP 2019-2023.

Embaixada da Noruega

O CIP assinou em 5/07/2018 um acordo de financiamento, através do qual, foi alocado um montante de NOK 35.000.000 para a implementação do seu Plano Estratégico 2019-2023.

Embaixada da Suécia - SIDA

O CIP assinou em 15 de Novembro de 2011 um acordo de financiamento do qual, foi alocado um montante de SEK 30.000.000 para a cobertura das eleições de 2023 e 2024.

CESC -Centro de Apoio e Capacitação da Sociedade Civil

O CIP assinou em 24 de Maio de 2022 um acordo de financiamento, através do qual, foi alocado um montante de 20.966.400 Meticais para a realização das actividades ligadas a descentralização.

2. Principais Políticas Contabilísticas

(a) Base de preparação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a convenção do custo histórico e da base de caixa. Nesta base, as receitas são reconhecidas aquando do seu recebimento, independentemente da data de ocorrência dos ganhos, sendo as despesas registadas aquando do seu pagamento, independentemente da data da ocorrência das obrigações.

(b) Equipamentos e materiais

Os equipamentos e materiais são considerados como despesas da Associação pelo valor da compra e na data do seu pagamento. Para além dos registos contabilísticos, o Conselho de Direcção da organização, mantém um inventário actualizado dos equipamentos e materiais duradouros.



SECRETARIA DE INTERMEDIARIE PÚBLICA
AUTONÓMICA DE FINANÇAS PÚBLICAS - ADMINISTRAÇÃO

PROJECTO – JOINT ARRANGEMENT

NOTAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Montantes expressos em Meticals)

(c) Moeda de relato e transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão expressas em Meticals. As transacções efectuadas em moeda estrangeira são convertidas para Meticals, utilizando a taxa de câmbio da data da transacção. As diferenças de câmbio apuradas, são registadas em despesas ou receitas. Para efeitos do reporting aos Doadores as contas são convertidas em USD utilizando a taxa de câmbio média mensal do Standard Bank.

(d) Recebimentos

Os fundos recebidos compreendem doações/ donativos recebidos no âmbito dos acordos de parcerias celebrados com os Doadores e outros parceiros da Organização.

(e) Pagamentos

Os pagamentos são reconhecidos quando os bens ou serviços são fornecidos. A alocação dos pagamentos pelas diferentes categorias de despesas é baseada na classificação orçamental original em USD.

3. Recebimentos correntes

Os recebimentos correntes, são relativas à adiantamentos de viagens colocados a disposição dos colaboradores para a realização das actividades de trabalho de campo e que à data de 31 de Dezembro de 2022, ainda não tinham sido justificados, decompõe-se como segue:

	31-Dec-2022	31-Dec-2021
Adiantamentos para viagens		
Imposto de Rendimento de trabalho dependete	437	2.442
	-	3.709
	<u>437</u>	<u>6.151</u>

4. Bancos

O saldo de bancos compreende às disponibilidades da Organização nas contas bancárias no Standard Bank nomeadamente, metical e Dólares Americanos à 31 de Dezembro de 2022, decompõem-se como segue :

	31-Dec-2022	31-Dec-2021
Saldos bancários - Depósitos a ordem		
Standard bank - Conta Denominada em USD	670.629	300.098
Standard bank - Conta denominada na moeda local	2.847	38.096
ABSA - Conta denominada em USD	-	18
	<u>673.476</u>	<u>338.202</u>



SECRETARIA DE INTERMEDIARIE PÚBLICA
AUTONÓMICA DE FINANÇAS PÚBLICAS - ADMINISTRAÇÃO

PROJECTO – JOINT ARRANGEMENT

NOTAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Montantes expressos em Meticals)

5. Credores

O saldo de credores, corresponde aos impostos e à contribuição ao Instituto de Segurança Social, referentes ao mês de Dezembro de 2022, a serem pagos no primeiro trimestre de 2022, apresentados como segue:

	31-Dec-2022	31-Dec-2021
Imposto de Rendimento de trabalho dependete		
Imposto de rendimento predial	32.273	17.809
Segurança Social	-	1.133
Outros	5.980	5.683
	<u>146</u>	<u>392</u>
	<u>38.399</u>	<u>24.917</u>

6. Saldo inicial

O saldo inicial, corresponde ao saldo do fecho do ano anterior, transitado para o exercício económico corrente.

7. Receitas do ano

As receitas do ano correspondem às transferências efectuadas pelos doadores nomeadamente Embaixada da Noruega, Agência para o Desenvolvimento e Cooperação Suíça, CESC – programa IGUAL, Gabinete da Comunidade Estrangeira e Desenvolvimento (FCDO) e pela Embaixada da Suécia em honra dos acordos assinados para implementação do Plano Estratégico do CIP, nomeadamente:

	Orçamento 2022	Real 2022	Saldo 2022	Real 2021
Embaixada Real da Noruega	761.075	705.821	55.254	852.399
Agência para o Desenvolvimento e Cooperação Suíça	800.000	800.000	-	800.000
Cooperação e Gabinete da Comunidade Estrangeira e Desenvolvimento	529.215	235.776	293.439	273.920
CESC - Programa IGUAL	49.271	49.271	-	-
Devolução de fundos ao CESC	-	(11.209)	11.209	-
SIDA Embaixada da Suécia	673.790	673.799	(9)	(19.370)
	<u>2.813.351</u>	<u>2.463.458</u>	<u>359.893</u>	<u>1.946.919</u>

NOTAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Montantes expressos em Meticals)

8. Recursos naturais e indústria extractiva

O saldo recursos naturais e indústria extractiva, decompõe-se como segue:

	Orçamento 2022	Real 2022	Saldo 2022	Real 2021
Governação do Sector Extractivo	177.267	177.459	(192)	203.701
Programa sobre o impacto de ataques em Cabo Delgado	-	-	-	17.683
	<u>177.267</u>	<u>177.459</u>	<u>(192)</u>	<u>221.384</u>

9. Parcerias públicas - privadas

O montante registado nesta rubrica analisa-se como segue:

	Orçamento 2022	Real 2022	Saldo 2022	Real 2021
Investigação sobre os grandes contratos públicos e os fornecedores assíduos do Estado no segundo mandato	15.350	4.272	11.078	-
Investigação sobre os contratos/regiões ao serviço da indústria da guerra em Cabo Delgado	18.000	1.457	16.543	-
Pesquisa sobre integridade no procurement municipal	10.000	-	10.000	-
Investigar os contratos do sector extractivo com enfoque para o Conteúdo Local	-	-	-	-
Estudo sobre os benefícios das PPP do sector dos transportes - Portos da Beira e Maputo	13.500	5.002	8.498	-
Relatórios sobre o pesquisa de mercado no sector de saúde	10.000	3.917	6.083	-
Relatório sobre infraestruturas da indústria extractiva e eleitoral	-	-	-	15.952
Estudo sobre a facilitação prévia da legalidade dos contratos públicos pelo Ministério público	-	-	-	15.862
Pesquisa sobre estudo de mercado para provisão do Livro Escolar e actores envolvidos	-	-	-	7.444
Estudo sobre eficiência das estradas com Portugal; (em parceria com Pilar de Finanças Públicas)	-	-	-	7.664
Realizar conferência nacional sobre pesquisa pública de mercado	7.500	-	7.500	-
Diversos estudos e Pesquisas	15.000	-	15.000	3.577
Honorários de Pesquisa	-	-	-	-
	<u>98.052</u>	<u>98.033</u>	<u>19</u>	<u>6.402</u>
	<u>187.402</u>	<u>112.681</u>	<u>74.721</u>	<u>158.393</u>

10. Finanças Públicas

O montante reflectido na rubrica de finanças públicas apresenta-se como segue:

	Orçamento 2022	Real 2022	Saldo 2022	Real 2021
Receitas e despesas Públicas	117.461	108.159	9.302	114.321
Rastreio da despesa Pública	49.759	51.750	(1.991)	48.356
Programa de Saúde com acções da COVID-19 incluídas	-	-	-	89.843
	<u>167.220</u>	<u>159.909</u>	<u>7.311</u>	<u>252.620</u>

NOTAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Montantes expressos em Meticals)

11. Área Educação

As despesas contabilizadas nesta rubrica educam:

	Orçamento 2022	Real 2022	Saldo 2022	Real 2021
Investigação de avaliação	15.000	9.149	5.851	-
Atividades orientadas para o ensino	8.000	47.736	39.736	-
Programa de acompanhamento	15.000	8.710	6.290	-
Monitoria de implementação dos projetos (Capacitação)	8.000	0,1	7.999	-
Estudos sobre o estado da educação	-	-	-	-
Procedimento de avaliação de desempenho dos docentes	-	-	-	10,1
Atividade de acompanhamento (Programa)	-	-	-	10,1
Atividade de acompanhamento (Programa)	100,0	10,000	90,0	10,000
Monitoria e acompanhamento dos projetos (Capacitação)	-	-	-	8,000
Monitoria de implementação dos projetos (Capacitação)	-	-	-	5,000
Atividade de acompanhamento (Programa)	-	-	-	5,000
Programa de acompanhamento	-	-	-	4,000
Programa de acompanhamento	-	-	-	7,000
	<u>51.000</u>	<u>76.135</u>	<u>24.865</u>	<u>25,000</u>

12. Áreas transversais

As despesas contabilizadas nesta rubrica incluem:

	Orçamento 2022	Real 2022	Saldo 2022	Real 2021
Atividade transversal	5,000	16,075	11,075	57,800
Atividade transversal	15,000	48,000	33,000	32,800
Monitoria de implementação dos projetos	64,000	36,123	27.877	39,200
	<u>84,000</u>	<u>100,203</u>	<u>16.728</u>	<u>129,800</u>

13. Atividades transversais

As despesas contabilizadas nesta rubrica incluem as atividades transversais incluídas no âmbito do GIP realizadas nas províncias incluídas abaixo:

	Orçamento 2022	Real 2022	Saldo 2022	Real 2021
Programa de Saúde	10,000	10,714	714	10,000
Atividade transversal	20,000	20,000	0	40,700
Atividade transversal	10,000	50,240	40,240	-
Atividade transversal	10,000	1,000	9,000	-
Atividade transversal - Programa de Saúde	10,000	11,071	1,071	10,000
Atividade transversal - Programa de Saúde	10,000	10,000	0	10,000
Atividade transversal - Programa de Saúde	10,000	10,000	0	10,000
Atividade transversal - Programa de Saúde	10,000	10,000	0	10,000
	<u>80,000</u>	<u>123,035</u>	<u>43,035</u>	<u>80,700</u>



PROJECTO – JOINT ARRANGEMENT

NOTAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Meticals)

14. Revisão linguística, traduções & impressões de estudos e pesquisas

Esta rubrica compreende as despesas incorridas com a revisão linguística, traduções e impressões de estudos e pesquisas durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2022.

15. Viagens nacionais e internacionais

As despesas incorridas nesta rubrica analisam-se como segue:

	Orçamento 2022	Real 2022	Saldo 2022	Real 2021
Viagens Nacionais	30.000	32.387	(2.387)	24.642
Viagens Internacionais	15.000	6.573	8.427	47
	<u>45.000</u>	<u>38.960</u>	<u>6.040</u>	<u>24.689</u>

16. Desenvolvimento Institucional

As despesas incorridas nesta rubrica têm a seguinte decomposição:

	Orçamento 2022	Real 2022	Saldo 2022	Real 2021
Formação e desenvolvimento do pessoal	40.000	14.455	25.545	8.175
Retro anual & team building	22.500	14.458	8.042	15.561
	<u>62.500</u>	<u>28.913</u>	<u>33.587</u>	<u>23.736</u>

17. Programa IGUAL - CESC

As Despesas do Programa IGUAL visando actividades ligadas a descentralização, suportadas pelos fundos da CESC no montante total de USD 38.062, incluem essencialmente os salários da pessoal chave no montante de USD 13.304, comparticipação nos custos operacionais no montante total de USD 24.758.

18. Programa de Eleições – SIDA

As despesas contabilizadas suportadas pelo fundo SIDA – Embaixada da Suécia no montante total de USD 49.202, incluem essencialmente os salários da pessoal chave no montante de USD 17.537, comparticipação das despesas operacionais no montante de USD 31.665.



PROJECTO – JOINT ARRANGEMENT

NOTAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Meticals)

19. Outras despesas

As despesas incorridas nesta rubrica têm a seguinte decomposição:

	Orçamento 2022	Real 2022	Saldo 2022	Real 2021
Material de escritório e consumíveis	15.000	10.256	4.744	10.253
Despesas Bancárias	3.500	2.091	1.409	2.287
Renda do Escritório	70.328	66.954	3.372	62.799
Segurança do Escritório	12.000	7.805	4.195	11.085
Telefones, Fax e PEX, Internet e Assistência Informática	35.292	34.002	690	39.830
Água e Electricidade	7.000	5.710	1.290	7.377
Manutenção e reparação do Escritório	2.500	1.079	1.421	1.174
Combustíveis, lubrificantes, manutenção, reparação de Viaturas	10.000	5.736	4.264	8.969
Seguro de viaturas	2.000	518	1.482	847
Auditoria externa	21.490	24.959	(3.569)	25.097
Suscrições	3.000	3.223	(223)	3.643
Serviços externos	15.000	8.570	6.430	15.398
	<u>197.018</u>	<u>171.513</u>	<u>25.505</u>	<u>184.757</u>
Salários e Benefícios				
Salários e encargos	639.502	624.316	15.184	642.266
Assistência Médica e Medicamentos	27.000	12.284	14.716	13.185
Subsídio de comunicações	9.231	4.486	4.745	7.437
Subsídio de Combustível	14.770	12.743	2.027	12.347
	<u>690.503</u>	<u>653.831</u>	<u>36.672</u>	<u>675.237</u>
Diferenças Cambiais Desfavoráveis	-	20.178	(20.178)	18.777
	<u>887.521</u>	<u>845.522</u>	<u>41.999</u>	<u>888.771</u>

No final do exercício o CIP contava com 18 trabalhadores do quadro (18 trabalhadores no final de 2021).

20. IMPOSTOS

As Autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Organização durante um período de dez anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimentos pontuais da legislação fiscal, nomeadamente em sede do Imposto de Rendimento Pessoas Singulares (IRPS), Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), e Taxas Liberatórias, eventuais correções.

Contudo, a Organização espera ter cumprido adequadamente com todas as suas obrigações fiscais, pelo que possíveis correções à matéria colectável declarada, decorrentes dessas revisões, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

21. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Após a data de 31 de Dezembro de 2022 até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não se verificaram eventos favoráveis ou desfavoráveis para o CIP, afectem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgação nas mesmas.

O Conselho de Direcção

Edson Cortés



O Contabilista

Lenine Daniel

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No cumprimento do disposto nas alíneas A e B do artigo 17 dos Estatutos do Centro de Integridade Pública, adiante designado por CIP, o Conselho Fiscal, no exercício das suas competências, vem apresentar o relatório sobre a sua actividade fiscalizadora.

O Conselho Fiscal acompanhou com a periodicidade e a extensão que considera adequada, a evolução das actividades do CIP, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Obteve, sempre que solicitado, os devidos esclarecimentos e informações do Conselho de Direcção e das diversas áreas do CIP.

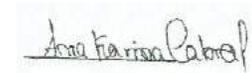
O Relatório Financeiro, compreendendo a Execução Orçamental e a posição Financeira do CIP e todos movimentos contabilísticos estão alinhados com as disposições legais em vigor e com os contratos bilaterais e MoU assinados entre o CIP e seus Parceiros de Financiamento, não tendo verificado situações ou quaisquer actos que violem os Estatutos, propõe-se que o referido relatório financeiro e o de actividades do ano de 2022 sejam aprovados.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que:

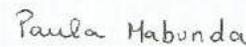
- Se aprove a Execução Orçamental e a posição Financeira do CIP que vos são apresentadas.

O Conselho Fiscal expressa o seu voto de louvor e confiança aos membros da Direcção e todos colaboradores pela dedicação, empenho, profissionalismo e competência com que exerceram as funções durante o ano de 2022, na linha do que se exige ao CIP.

Maputo, 18 de Janeiro de 2023



Ana Carina Cabral



Paula Mabunda



Ernst & Young – Sociedade de
Contabilistas e Auditores Certificados, Lda.
Rua Belmiro Obadias Muianga, N° 179
Caixa Postal 366,
Maputo
Moçambique

Tel: +258 21 35 3000
Fax: +258 21 32 1984
Email: ernst.young@mz.ey.com
NUIIT:400 006 245
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

A Direcção do

CIP - CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras do CIP - Centro de Integridade Pública (a Entidade), para o "Projecto - Joint Arrangement" financiado pelos diversos Doadores, que compreendem a Posição financeira em 31 de Dezembro de 2022, o Mapa de Recebimentos e Pagamentos e o Mapa de Execução Orçamental relativos ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas da Entidade estão preparadas, em todos os aspectos materiais, de acordo com os princípios contabilísticos divulgados na Nota 2 e normas de gestão acordadas com os Doadores.

Para além da nossa opinião, executamos também outros procedimentos conforme o previsto no âmbito do trabalho acordado no contrato de auditoria assinado com um dos Doadores e concluímos que no período em análise:

- os relatórios financeiros emitidos no período em análise se apresentam numa forma verdadeira e apropriada; e
- os fundos recebidos no período em análise foram usados de acordo com os objectivos acordados no plano estratégico do CIP - Centro de Integridade Pública.

Bases para a Opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes da Entidade de acordo com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Responsabilidades do Conselho de Direcção pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Direcção é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos divulgados na Nota 2 e normas de gestão acordadas com os Doadores, e pelo controlo interno que era determinado ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara as demonstrações financeiras, o Conselho de Direcção é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as incertezas relativas à continuidade e usando o pressuposto de continuidade a menos que o Conselho de Direcção tenha a intenção de liquidar a Entidade ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Direcção é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Entidade.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança máxima e não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando existe. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores baseadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material, devido a fraude, é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver colúbia, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreavulsação ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho da Direcção.
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho da Direcção, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da Entidade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicámos com o Conselho de Direcção, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

Adicionalmente, declaramos ao Conselho de Direcção que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Das matérias que comunicámos ao Conselho de Direcção, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria.

O sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é Paulo Reis.

ERNST & YOUNG - SOCIEDADE DE CONTABILISTAS E AUDITORES CERTIFICADOS, LDA.

Representada por:

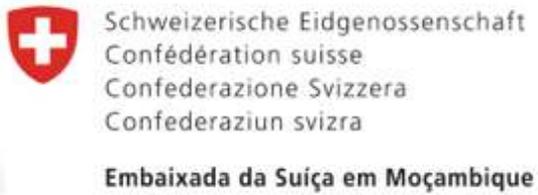


Paulo Jorge Gonçalves Afonso dos Reis (Auditor Certificado nº 34)

Maputo, 06 de Março de 2023



PARCEIROS:



Norwegian Embassy



Suécia
Sverige



Reino dos Países Baixos

